



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, **Representante do Ministério do Desenvolvimento Social** que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO do Representante do Ministério abaixo identificado, envolvido na regulação do setor de apostas**, na condição de **ESPECIALISTA**, para prestar depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

- **Representante do Ministério do Desenvolvimento Social**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVOCAÇÃO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo



para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, o Ministério da Justiça exerce um papel crucial na criação e implementação de políticas para assegurar a integridade e a transparência das atividades de apostas no Brasil. Entre suas principais responsabilidades está o desenvolvimento de normas que impeçam práticas ilícitas, como a manipulação de resultados e a lavagem de dinheiro, que são preocupações recorrentes no setor de apostas devido ao grande volume de recursos envolvidos e ao potencial de fraudes. Além disso, o Ministério da Justiça atua para garantir a proteção dos direitos dos apostadores, estabelecendo regras claras sobre o funcionamento das plataformas de apostas e promovendo mecanismos que assegurem transparência e segurança nas transações. Para isso, o ministério trabalha em parceria com outras entidades reguladoras, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e as forças policiais, visando criar um ambiente regulatório robusto que promova tanto a responsabilidade social das empresas quanto a confiança dos consumidores. Essa atuação é essencial para que o mercado de apostas cresça de maneira sustentável e alinhada aos interesses públicos.



Diante do impacto negativo das apostas na saúde mental e financeira dos brasileiros, o Ministério da Saúde tem uma responsabilidade crescente em abordar o vício em jogos de azar como um problema de saúde pública. A facilidade de acesso às apostas online e a promoção de ganhos rápidos têm levado a um aumento nos casos de dependência e nos problemas financeiros e psicológicos que dela decorrem, afetando especialmente jovens e pessoas economicamente vulneráveis. A convocação do Ministério da Saúde para discutir essas questões é justificada pela necessidade de explicar as ações de prevenção e tratamento que estão sendo implementadas. O ministério poderia, por exemplo, ampliar o apoio a centros de tratamento especializados, desenvolver campanhas de conscientização sobre os riscos das apostas e reforçar a educação preventiva sobre saúde mental. Além disso, o desenvolvimento de estratégias conjuntas com outros órgãos governamentais para regulamentação e proteção dos consumidores afetados por esses problemas de dependência é essencial para mitigar os danos que o setor de apostas tem causado à saúde pública no Brasil.

Com uma parcela da receita das apostas destinada à educação, o Ministério da Educação tem a responsabilidade de garantir transparência e clareza sobre a aplicação desses recursos. Esses fundos, provenientes do setor de apostas, oferecem uma oportunidade para financiar programas e iniciativas educacionais que possam gerar melhorias significativas no sistema de ensino brasileiro. O Ministério da Educação precisa detalhar os programas específicos que serão beneficiados, como investimentos em infraestrutura escolar, capacitação de professores, desenvolvimento de materiais pedagógicos e ampliação do acesso à educação em áreas vulneráveis. Além disso, é fundamental que o ministério esclareça como esses recursos estão sendo distribuídos entre estados e municípios, para assegurar que o impacto seja amplo e atenda às necessidades educacionais mais urgentes. A prestação de contas e a transparência na alocação desses fundos são essenciais para garantir que os ganhos do setor de apostas



resultem em um legado positivo e em melhorias concretas para a educação no Brasil.

O Ministério do Desenvolvimento Social desempenha um papel essencial na análise e no enfrentamento das consequências sociais do crescimento das apostas online, especialmente o aumento do endividamento entre as populações mais vulneráveis. A expansão dessas plataformas, muitas vezes promovidas com a promessa de ganhos rápidos, tem levado muitas famílias a perderem parte significativa de sua renda em apostas, resultando em um ciclo de endividamento que afeta diretamente sua segurança econômica. Para as populações de baixa renda, essa situação pode agravar a exclusão financeira e reduzir a capacidade de acesso a necessidades básicas, como alimentação, saúde e moradia. O Ministério do Desenvolvimento Social pode, portanto, oferecer uma visão crítica sobre o impacto das apostas online na estrutura familiar e comunitária, destacando a importância de políticas públicas que minimizem esses efeitos, como campanhas de conscientização, programas de apoio para endividados e regulamentações que restrinjam o acesso a jogos de azar por parte de pessoas em situação de vulnerabilidade. Esse enfoque é vital para proteger as populações mais afetadas e promover um ambiente mais seguro e responsável no contexto das apostas online.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços tem um papel importante em esclarecer como o mercado de apostas, ao gerar bilhões em receita, contribui para o crescimento econômico brasileiro. Esse setor não só impacta diretamente a arrecadação tributária, como também promove oportunidades de emprego e fomenta setores relacionados, como o de tecnologia e serviços. Com uma regulamentação adequada, o setor de apostas pode operar dentro de padrões éticos e legais, protegendo consumidores e garantindo que as receitas contribuam de forma justa para a economia do país. Além disso, o Ministério busca assegurar que as empresas de apostas cumpram exigências legais e fiscais, o que é essencial para



evitar práticas ilícitas como lavagem de dinheiro. A regulamentação robusta pode, inclusive, abrir caminho para o desenvolvimento da indústria de jogos no Brasil, promovendo investimentos e inovação local. Dessa forma, o ministério pode auxiliar na criação de um ambiente sustentável para o setor, equilibrando o potencial econômico com a responsabilidade social e a proteção aos consumidores brasileiros.

O mercado de apostas está profundamente interligado ao esporte no Brasil, especialmente pelas receitas significativas geradas por apostas esportivas, o que torna essencial a participação do Ministério do Esporte na discussão sobre os impactos desse setor. Com a crescente presença de patrocinadores de apostas nos clubes e o apoio financeiro que essas parcerias trazem, o setor de apostas contribui para o desenvolvimento esportivo ao injetar recursos em ligas, times e eventos. No entanto, essa relação também apresenta desafios, principalmente em questões éticas e de integridade esportiva. A manipulação de resultados é uma preocupação constante, especialmente com o aumento das apostas, exigindo esforços coordenados para preservar a credibilidade dos esportes. Assim, o Ministério do Esporte pode fornecer uma visão estratégica sobre como as entidades esportivas estão gerindo esses riscos, incluindo a adoção de medidas de monitoramento e compliance para evitar fraudes e proteger a integridade das competições. Além disso, o ministério pode discutir como os fundos provenientes de patrocínios de apostas estão sendo reinvestidos no esporte, contribuindo para o desenvolvimento de atletas e infraestrutura. A convocação do ministério para essa discussão é essencial para garantir que o crescimento das apostas esportivas ocorra de maneira ética e benéfica para o esporte brasileiro, com salvaguardas adequadas para prevenir problemas associados.

Dessa forma, considera-se que os **Representantes dos Ministérios** antes identificados, envolvidos na regulação do setor de apostas, têm muito a



colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

